

**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR \_\_\_\_\_ DE 12 DE JULHO DE 2022**

**“ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 19 DE 10 DE ABRIL DE 2012 PARA APLICAÇÃO DO PISO SALARIAL AOS CARGOS DE AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, CONFORME TERMOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 120/2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O POVO DO MUNICÍPIO DE ITAPEVA, Estado de Minas Gerais por seus legítimos representantes legais na Câmara Municipal, aprovou e eu, DANIEL PEREIRA DO COUTO, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias Municipais terá o valor de R\$ 2.424,00 (dois mil quatrocentos e vinte e quatro reais), conforme previsão da Emenda Constitucional nº 120/2022, de 06 de maio de 2022.

Art. 2º O piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combates a Endemias, constantes nos Artigos 2º e 3º da Lei Complementar Nº 19, de 10 de abril de 2012, passam a vigorar conforme tabela abaixo:

Denominação do cargo	Piso Salarial 2022
Agente Comunitário de Saúde	R\$ 2.424,00 (dois mil quatrocentos e vinte e quatro reais)
Agente de Combate a Endemias	R\$ 2.424,00 (dois mil quatrocentos e vinte e quatro reais)

Art. 3º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de maio de 2022.

Município de Itapeva/MG, 12 de julho de 2022.

DANIEL PEREIRA DO COUTO  
Prefeito do Município

## GABINETE DO PREFEITO

### JUSTIFICATIVA:

Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Excelentíssimos Senhores Vereadores;

O presente projeto, cuja minuta foi apresentada em forma de Anteprojeto pelo Vereador Henrique Júnior da Silva, tem como objetivo fixar o novo Piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias Municipais, conforme previsão da Emenda Constitucional nº 120/2022, de 06 de maio de 2022.

Tendo em vista que no dia 6 de maio de 2022 entrou em vigor a Emenda Constitucional 120/22, que acrescentou os parágrafos 7º, 8º, 9º, 10 e 11 ao art. 198 da Constituição Federal/88, que trata da valorização dos agentes (ACS e ACE), regulamenta novo piso, vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações, aposentadoria especial e adicional de insalubridade.

Vemos também que se trata de uma nova despesa de pessoal, porém o § 9º da EC nº 120/2022, determina à União o pagamento integral do novo piso nacional dos ACS e ACE, e prescreve o § 11 da mesma Emenda que o recurso advindo da União “..... *não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal.*”, havendo assim menor impacto no índice das despesas de pessoal na forma do art. 20, inc. III, letra b da Lei Complementar 101/2000.

Assim, diante da importância que o projeto possui o apresentamos à consideração dos nobres pares, para análise e aprovação.

DANIEL PEREIRA DO COUTO  
Prefeito do Município